

Quero, ao abrir a nossa XIX Sessão Ordinária do Conselho do Mercosul, primeiro agradecer muito a presença de todos os Senhores Presidentes, aqui, presentes. Quero dizer da nossa imensa satisfação ao recebê-lo, mais uma vez, no Brasil, e acrescentar que, desta vez, ao júbilo habitual do encontro entre velhos companheiros do Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Chile, somamos a alegria de termos conosco o Presidente Thabo Mbeki, da África do Sul. De modo que gostaria, também, de expressar a nossa alegria coletiva de contarmos com a presença do Presidente Thabo Mbeki, que certamente é um estímulo à continuidade dos nossos trabalhos.

Uma vez, o Presidente Fernando de la Rúa, conversando conosco, logo depois da sua assunção ao governo da Argentina, mencionou a necessidade colocarmos mais ênfase no significado político do Mercosul. Por significado político, ele entendia não apenas a relação entre chefes de Estado e dos governos, mas o entrosamento entre nossos povos e a necessidade de termos um compromisso claro no sentido de nos lançarmos a aventuras comuns no campo da ciência e tecnologia, no campo da área econômica. Só não ousei dizer no campo

do futebol, porque ele teve medo de que nós aceitássemos e aí perderíamos a oportunidade dessas partidas entre nossos dois países, que são sempre tão estimulantes. Se jogamos sempre no mesmo time, fica difícil. Mas, fora isso, a proposta era, realmente, abrangente, como é o nosso espírito, como é o nosso sentimento.

O Mercosul é para nós um marco de integração efetiva. Ele tem um aspecto significativo, como todos sabemos, de uma aduana externa comum, alfândega externa comum. Mas ele tem, também, um outro significado mais profundo, que é da integração dos nossos países, dos nossos povos.

Com esse espírito, fomos acrescentando ao Mercosul e buscando crescentemente, progressivamente, que países como Bolívia e o Chile possam, também, mais tarde, participar no aspecto da aduana comum. Fomos ampliando o nosso sentimento de irmandade e coordenação das nossa políticas.

Agora, com a presença do Presidente Mbeki, estamos mostrando a capacidade de atração que tem o Mercosul para países que vão além das nossas fronteiras, embora a África do Sul seja separada por nós apenas pelo Atlântico, o que é nada. Na verdade, do Sul ao Norte do Brasil se leva mais tempo do que para cruzar o Atlântico de Recife a Dakar. De modo que nós, realmente, nos sentimos muito próximo, também, dos nossos irmãos africanos.

Além desse fato, que já é por si auspicioso e, portanto, faz dar boas-vindas, ainda com mais entusiasmo, quero lhes dizer que os resultados a que chegamos, até agora, nos debates na área ministerial, foram muito importantes. Também há pouco tempo, quando fiz uma visita à Argentina, num momento de relativa dificuldade no relacionamento – não do Brasil com a Argentina, mas empresas argentinas com empresas brasileiras – havia uma certa ansiedade, porque o Presidente Menem, que sempre deixa saudade, aqui, neste recinto, havia proposto uma moeda comum e nós não tínhamos ainda essa moeda. E me lembro de que, conversando com empresários argentinos, o Ministro Lampreia estava presente, na nossa Embaixada, em Buenos Aires, eu disse que antes de termos uma moeda comum, nós teríamos que fazer

o que chamei de um pequeno Maastricht. Ou seja, buscarmos metas comuns e políticas macroeconômicas para chegarmos a uma convergência na direção de integração maior para depois podermos ter uma moeda comum.

E essa idéia foi levantada, mais adiante. Tanto o Presidente Mé-nem, como eu, como os demais Presidentes concordamos na necessidade de buscarmos algumas formas de convergências.

Pois bem, aqui, em Florianópolis, começamos a alcançar essa convergência. Isso é muito significativo, realmente muito significativo. Nós estamos criando os fundamentos, as bases para que, mais tarde, possamos sonhar com formas ainda mais sofisticadas, complexas e completas de integração.

O fato de os países estarem agora, repito, através de seus Presidentes, comprometendo-se a buscar objetivos comuns de política fiscal, objetivos de inflação, de endividamento, ou melhor, objetivo de baixo endividamento, de baixa inflação, limites que nos auto-impomos nessas matérias tão delicadas, isso constitui, realmente, o fundamento econômico, macroeconômico, para que possamos, no futuro, ver os resultados dessa integração sobre a forma, quem sabe, até, na inspiração “menensiana” de moeda comum. Não sei se chega a ser assim; Será possível ou necessário chegar a ser, mas indica uma vontade política muito forte.

De modo que é sob os auspícios dessa vontade política de integração, é com essa presença ampliada pela participação da África do Sul entre nós e com a disposição, reiterada por todos os Chefes de Estado aqui presentes, dessa busca de integração, que dou por aberta essa sessão do nosso XIX Encontro de Florianópolis. E pediria ao Ministro Lampreia que nos relatasse os principais eventos e decisões do Mercosul, no período em que o Brasil exerceu, temporariamente, a presidência e, portanto, teve esse martelo na mão – que não usou para nada, não conseguimos chamar a atenção de ninguém, nem castigar ninguém com o martelinho. E espero que o meu sucessor faça o mesmo uso que eu fiz dele. Ministro Lampreia.

[Segue-se intervenção do Ministro Lampreia.]

*Presidente:* Muito obrigado, Senhor Ministro Lampreia. Então, nós vamos passar, agora, à fase em que vamos discutir o item um da nossa agenda, que é o debate geral sobre a integração, nós tratamos da integração regional.

Na verdade, essa é que a fase mais política, digamos assim, do nosso encontro. E nós vamos apreciá-la diante do que foi relatado pelo Ministro Lampreia, ou seja, dos avanços ocorridos no Mercosul. E se me permitem, somente para introduzir – e sem querer, desde logo, monopolizar a palavra pelos representantes brasileiros e muito menos do português, gostaria de fazer muito poucas observações a respeito.

Os avanços mostrados no relatório do Ministro Lampreia, que expressam um trabalho grande dos nossos negociadores, estão demonstrando como o dia-a-dia é importante na construção dessa nossa integração. Claro que uma integração tem um aspecto político, que é o que toca diretamente a nós outros, que somos Chefes de Governo e de Estado. Mas tem o aspecto prático. E quando as negociações estão no âmbito político, elas estão, normalmente, muito mais charmosas, chamam muito mais a atenção do que quando estão no aspecto prático. Mas o que assegura, efetivamente, o êxito do processo de integração é o debate das questões concretas.

Acredito, Senhores Presidentes, Senhores Ministros, que algumas das menções feitas pelo Presidente Sarney são um exemplo claro de como avançamos nesse aspecto prático. Desde que eu me recorde das negociações do Mercosul, o ponto mais delicado sempre foi a negociação a respeito da questão automotiva. Chegamos a um acordo. Chegamos a um acordo importante, porque essa é uma questão-chave para a continuidade tranqüila das nossas relações intra-Mercosul. Isso foi muito importante.

A menção feita pelo Ministro Lampreia, de que nós podemos começar a avançar na questão do açúcar com esse mesmo espírito, também tem uma importância significativa. Menciono esses dois, para não repetir o que já disse o Ministro Lampreia, nem para voltar ao que eu

próprio já tinha insistido, que chegamos a acordos muito significativos na área de políticas macroeconômicas e compromissos nossos de convergência.

Dito isso, volto às questões mais gerais. O espírito que animou e anima o Mercosul até agora, e repito um chavão: “é de um regionalismo aberto”. Temos que tirar todas as conseqüências do que dizemos de regionalismo aberto. É regionalismo sim, mas não é para nos fecharmos. Fez bem o Ministro Lampreia ao mencionar aqui que, no esforço havido de renegociação a respeito da redução da Tarifa Externa Comum, que o Brasil tinha um compromisso de reduzir três pontos, que as razões pelas quais nós não podemos chegar a esse entendimento agora são transitórias. E que se mantém o espírito de buscar uma redução dessa tarifa externa.

Apenas enfatizo, para deixar bem claro, que estamos preocupados com isso, porque precisamos também, e estamos preocupados com a questão de melhorar os nossos ganhos de produtividade. E são conexas as matérias.

Qualquer idéia baseada no sentimento de que, ao proteger uma economia, nós estamos garantindo maior espaço para ela no futuro, é equivocada. Nós garantimos mais espaço para a economia no futuro, na medida em que ela melhora as suas condições de produtividade e que ela melhora, portanto, também, as suas condições macroeconômicas, porque não são os empresários que podem fazer o milagre de aumentar a produtividade, se nós não temos redução de dívida, taxa de juros cadentes, inflação controlada. São processos que vêm juntos. Mas um não justifica o não cumprimento de outros. Temos os nossos compromissos e vamos nos esforçar para, em conjunto, para essas variáveis todas operarem na boa direção, que é a direção da integração crescente.

Por outro lado, o fato mesmo de nós termos ressaltado e estarmos já todos felizes com esse acordo-quadro com a África do Sul, demonstra que nós buscamos, realmente, praticar, e queremos praticar o regionalismo aberto. Os esforços têm sido ingentes, no que diz respeito ao Pacto Andino. Precisamos continuar nessa direção. Se mais não avançamos, não é

porque nós não queremos, é porque há dificuldades internas ao próprio Pacto Andino. Também aprendemos a negociar em conjunto por algumas questões. Creio que a do arroz com a Ásia foi negociada em conjunto.

Dito isso, quero lhes dizer que não podemos fugir das evidências e das circunstâncias do mundo. As circunstâncias do mundo levam-nos a reconhecer que existem, digamos, três ou quatro regiões de grande dinamismo. A primeira das quais os Estados Unidos, e a eles já me referirei. A outra é a Europa. A outra são setores de Ásia. E a outra somos nós. Essas são as regiões que têm um dinamismo maior, e por nós eu incluo a África do Sul, se me permite o Presidente.

E por isso mesmo estamos tão empenhados, não apenas na relação com a África do Sul, mas com o mundo em geral. E estamos tão felizes de ver que o Presidente Mbeki está assumindo a liderança de um renascimento africano. Não é único Chefe de Estado que está empenhado nisso, mas é o mais visível para nós, brasileiros, pelo menos. É aquele com quem temos relações mais diretas. E isso mostra também que não podemos imaginar que o mundo termine nesses quatro blocos mais dinâmicos, porque há outros blocos que se dinamizam. Sem esquecer que o papel dos países que produzem petróleo – nós acabamos de ver, de novo – é crucial no mundo contemporâneo, e que a China é uma realidade. Na projeção das próximas décadas, dos próximos cinquenta anos, é uma realidade inescapável, com a qual nós temos que conviver bem. Quanto mais próximos, melhor.

Este é o quadro geral. Neste quadro geral, o Mercosul tem se empenhado em levar adiante a negociação com a União Européia e com a Alca. Com a União Européia, e disse o Ministro Lampréia com toda razão, nós esgotamos as questões preliminares. Estamos ansiosos para poder entrar nas questões de fundo.

Todos nós, Presidentes da região, temos estado em contato com os Presidentes da Europa, com o Conselho da Europa e com a União Européia. E todos nós temos insistindo na importância de realizarmos acordos de livre comércio entre o Mercosul e a Europa. Isso não

tem limitado os países da América do Sul na busca por acordos diretos, em geral, das Américas. Mas, do ponto de vista de um processo negociador mais complexo e da integração, é importante que haja um acordo entre o Mercosul e a União Européia.

Estou motivado para esse entendimento, porque temos visto que, realmente, crescentemente, há países da Europa que se dispõem a uma visão de maior abertura.

Bom, isso nos leva à questão da Alca. A posição do Mercosul e do Brasil, em particular, sempre foi a de fazermos negociações visando cumprir os compromissos que temos de uma zona de livre comércio das Américas. Zona de livre comércio não é a mesma coisa que zona de integração. O Mercosul tem a Tarifa Externa Comum, tem uma integração – repito – aduaneira. A zona de livre comércio é uma relação de preferências discutidas globalmente. Nós desejamos essa negociação. Ninguém pode dizer que o Mercosul e o Brasil, em particular, tenham tratado de colocar obstáculos a essa negociação. Pelo contrário, os negociadores sabem que temos feito propostas na direção de chegarmos a um acordo que seja efetivo.

Quero recordar-lhes que houve um momento muito significativo, no que diz respeito à Alca, que foi o encontro de Belo Horizonte, há alguns anos. Nesse encontro e na linguagem que é utilizada nessa matéria, chegou-se ao compromisso do que se chama *single undertaking*, quer dizer, nós iríamos discutir a relação com a Alca, não em termos de uma técnica de discutir parte, ponto a ponto, mas uma técnica de discutir o conjunto das matérias. Por que isso? Porque, como se diz em português, não sei se se diz em espanhol: somos “gatos escaldados”. Já fomos muitas vezes banhados na água fria. Ou seja, ao pensar que vai se fazer um excelente acordo, vai se verificar que, ao invés de ser um excelente acordo, é um acordo que interessa só a uma das partes.

Essa matéria, essa aproximação da questão da Alca através desse *single undertaking*, todo o seu conjunto, é claramente para dizer o seguinte: o Mercosul – e o Brasil, em particular – estão dispostos a discutir, não importa o quê, na preparação desse conjunto de medi-

das. E queremos que seja o conjunto. Nós temos questões efetivas de acesso a mercados. Todos os nossos países têm. E temos preocupação maior com os aspectos não tarifários do que com as aspectos tarifários: as barreiras sanitárias, as leis de *antidumping*, essas questões todas afetam muito mais o nosso comércio do que as tarifas.

O mundo quer que as tarifas sejam zero, mas que os governos sejam livres para impor regras de *dumping*, ou para dizer “isso sim, aquilo não” ou para dizer “não, aqui tem uma mosca que pica a maçã não sei de que maneira, pica pela esquerda, não pela direita” e, portanto não podemos exportar a maçã. Isso não serve.

Estamos dispostos, sim, a discutir, até porque é do nosso interesse, a lei de patentes. É uma questão da propriedade intelectual. Devo dizer-lhes que, quando fui Ministro do Exterior, me empenhei para que o Brasil mudasse de posição. E mudou no que diz respeito à lei de patentes. Mas leis que salvaguardem o nosso interesse; que quando, eventualmente, nós tenhamos a necessidade da produção de um medicamento de interesse coletivo, para a população toda, ou eles produzem aqui ou nós mesmos produzimos. Há mecanismos de salvaguarda nessa matéria.

Então é uma questão de negociar de cabeça erguida, só isso. Mas não com arrogância, até porque não temos força para sermos arrogantes. E quem é arrogante sem ter força é bobo, não é arrogante. Faz um papel triste. Não é nosso caso. Nós sabemos o nosso poder relativo. Mas queremos, dentro desse poder relativo, discutir a taxaço do aço, a taxaço do suco de laranja, a taxaço dos sapatos, a taxaço dos têxteis. Enfim, tudo que diz respeito ao interesse efetivo da produção da nossa região. E, junto com isso, discutir a implementação – melhor, se for o caso, da lei de propriedade intelectual, discutir a questão dos serviços, enfim, é um conjunto negocial.

Esse é o nosso espírito. E continuamos mantendo esse espírito absolutamente claro e estamos convencidos de que é bom para os nossos países uma zona de livre comércio. Quem não quer ter acesso ao mercado americano? Todos queremos. Mas queremos ter acesso mesmo. E os nossos mercados já são relativamente acessíveis.

No que for necessário discutir, vamos discutir, sem nenhum ânimo de postergação.

Com respeito à questão da antecipação da data dessas negociações, é formal essa questão. O Brasil está disposto a sentar-se à mesa, a qualquer momento, para discutir as questões substantivas. Agora, discutir cronograma sem saber para quê? Qual é o conteúdo? Cronograma, se for para discutir os itens tais, tais e tais, claro. Quem não quer antecipar o bem? Agora, o mal, queremos nos afastar dele. Queremos antecipar o bem. Então, vamos ver. Vamos ver a lista de questões que, realmente, são pertinentes e vamos discuti-las, aprofundá-las e chegar a acordos.

Não podemos ter uma atitude com relação à Europa e outra com relação ao Nafta. Se queremos, ansiosamente, um acordo de livre comércio com a União Européia, por que não haveríamos de querer, também ansiosamente, um acordo de livre comércio com os países do Nafta? Queremos esse acordo.

Digo isso para deixar claro, porque, às vezes, pode haver interpretações precipitadas sobre qual é a posição do Brasil ou do Mercosul.

Agora, preferimos negociar em conjunto. Por duas razões ou mais – mas, pelo menos, duas: primeiro, porque, em conjunto, estamos aprendendo a conviver e a ver também, que quando se faz um entendimento, é bom para este país. Mas será bom para aquele outro também ou não? Estamos dispostos a buscar uma coordenação do que é bom para a nossa região. Segundo, porque, efetivamente, se ganha mais capacidade de barganha, estando em conjunto conversando. E acho que é o que devemos fazer.

Estamos diante de uma nova realidade política nos Estados Unidos. Essa nova realidade política vai tomar corpo nos próximos seis meses. Os que temos já alguma experiência de governo sabemos que uma coisa é o que se deseja fazer, outra coisa é o que se consegue fazer. Vamos ver o que vai ser o governo Bush, o que vai conseguir fazer, quais vão ser, efetivamente, as propostas que podem vir do governo americano. Mas não vamos ver isso com os braços cruzados, nem achando que não vamos ter progresso. Pelo contrário, va-

mos ver isso com a vontade de que as coisas dêem certo. Vamos ver isso com conversas, negociações, diálogos muito fluidos, para que possamos avançar o máximo possível.

Acho, portanto, que, do ponto de vista político, mantemos o mesmo espírito de cada vez mais concentrar a nossa coesão e solidariedade; cada vez mais abrimo-nos a outros espaços, como o espaço africano; manter o nosso interesse na discussão com a Europa, com a União Européia, sabendo que a União Européia está, lá, às voltas com a absorção de outras áreas da Europa e que, portanto, as dificuldades serão grandes também, na União Européia, mormente no que diz respeito à política agrícola, porque, agora, vão incorporar países agrícolas, na União Européia; e dispostos também a manter discussões com os Estados Unidos e com o Nafta em geral.

Quero dizer uma última palavra a esse respeito, sobre o México. O México é um país de grande significado para nós todos, porque ele é um país da América Latina, porque é um grande país, porque tem capacidade produtiva alta. O Brasil está empenhado em ter um acordo de livre comércio, de preferências comerciais com o México. Estamos avançando nessa matéria. Creio que dobramos o nosso intercâmbio com o México, nos últimos dois anos, de maneira muito significativa. Então, se as nossas palavras têm significado global no que diz respeito ao Nafta, têm um significado muito especial no que diz respeito ao México, país com o qual queremos, precisamos manter uma relação de muita proximidade.

É esse, Senhores Presidentes, o pensamento que eu queria, ao abrir esta rodada de discussão, oferecer, a título de esclarecimento das posições brasileiras, que espero que sejam posições próximas, senão iguais a de todos os Presidentes que estão aqui, nesta mesa.

Dito isso, ofereço a palavra aos Presidentes que assim o desejarem. Se não houver inscrição, vou pela ordem alfabética e dou à Argentina a palavra. A Argentina tem muitos privilégios merecidos, entre os quais começar com a letra “A”.